

Memória da Reunião de Instalação do Comitê Gestor do Fundo Setorial de infra-estrutura

A primeira reunião do comitê gestor do Fundo de Infra-estrutura, ou Fundo dos Fundos, como vem sendo chamado, realizou-se em 16/10/2000, no MCT, com a presença de todos os titulares, a saber: Carlos Américo Pacheco (MCT - coordenador), Abílio Afonso Baeta Neves (CAPES), Ana Lúcia Almeida Gazzola (representante da comunidade científica), André Amaral (FINEP), Antônio MacDowell Figueiredo (MEC), Carlos Henrique de Brito Cruz (representante da comunidade científica), Edson Machado (MEC) e Evando Mirra de Paula e Silva (CNPq). Sendo a primeira reunião, discutiu-se aspectos da regulamentação do Fundo e de sua implantação no ano 2.000, bem como diretrizes básicas de seu funcionamento. Na seqüência faz-se um sumário dos principais pontos tratados e das intervenções e propostas dos membros do Comitê:

Prof. Pacheco: abre a reunião e fala sobre a implantação do Comitê Gestor e das necessidades de regulamentação do fundo, da criação de uma secretaria técnica e do estabelecimento de diretrizes gerais para a alocação dos recursos.

Prof. Brito Cruz: Manifestou compreensão com as necessidades de recuperação de infra-estrutura nas IFES, mas manifestou também que seria inaceitável a exclusão das instituições paulistas do acesso aos recursos do Fundo, mesmo que por três anos. Estas instituições são importantes contribuidoras aos resultados de pesquisa e formação de recursos na graduação e pós-graduação brasileiros. Manifestou também que não seria desejável sinalizar que o Fundo seria substitutivo ao esforço que deveria estar sendo feito pelos estados através de suas respectivas FAP's.

Prof. Figueiredo: Salientou a grande expectativa derivada da criação do Fundo e manifestou a opinião da necessidade de uma interlocução institucional para alocação de recursos, mesmo quando se tratar do atendimento a grupos qualificados. Reforçou a necessidade de projetos plurianuais e de que fosse definido o conceito de infra-estrutura. Defendeu o atendimento prioritário às universidades públicas federais e pediu que fossem feitos editais em diferentes modalidades para atender grupos consolidados e emergentes.

Sr. André Amaral: Reiterou a necessidade do enfoque institucional. Lembrou que o planejamento das ações leve em conta a obrigatoriedade de alocar 30% dos recursos para Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Também lembrou que os outros fundos irão atender à demanda por infra-estrutura. Disse que o horizonte plurianual pode facilitar o atendimento. E informou que a FINEP tem uma demanda reprimida de R\$ 100 milhões, derivada de projetos já submetido à agência.

Profa. Ana Lúcia Gazzola: Salientou a necessidade do fundo não ser um mecanismo de saldar contas anteriores e substituir o orçamento tradicionalmente estabelecido para esses compromissos. Lembrou que as ações de C&T são sistêmicas. Falou da necessidade de uma concepção ampla de infra-estrutura, que poderia até contemplar obras de construção civil. Na sua opinião a demanda deve ser regulada levando em conta a dimensão institucional, contemplando igualmente o mérito acadêmico, fato que facilitaria a própria análise. Salienta também a necessidade de analisar a complementaridade desse recursos com outros Fundos e com as ações das agências. Alerta para o risco de se estar fazendo um novo PRONEX. Defende que é possível saldar compromissos já assumidos, desde que simultaneamente se lancem novos editais e estratégias quanto ao futuro.

Evando Mirra de Paula e Silva: Chamou atenção para as questões colocadas inicialmente pelo Prof. Brito e relatou a experiência dos Estados Unidos, onde se realizou um levantamento das necessidades de infra-estrutura de P&D em 1993 e chegou-se a um montante de US\$ 6 bilhões. Dessa forma os valores para o fundo de infra-estrutura são bastante significativos quando vistos comparativamente, dado o tamanho relativo das duas comunidades científicas. Acrescentou que 25% daqueles valores representavam o atendimento para recursos de informática e 28% estavam ligados a instrumentos de caracterização e análise. Falou também da experiência da Inglaterra e da Austrália. Referiu-se à necessidade de uma secretaria executiva e defendeu uma estratégia transitória que fizesse tanto uma intervenção eficaz quanto tratasse do atendimento futuro.

Abílio Afonso Baeta Neves: Defendeu a aplicação dos recursos do fundo por três anos no atendimento exclusivo às instituições federais de ensino superior. Acredita que o fundo deve atender também as grandes obras de construção civil, se elas forem necessárias. Referiu-se ao uso coletivo da infra-estrutura para pesquisa e sobre a criação de parâmetros para o atendimento. Acredita que se deva ajudar a criar novos grupos de pesquisa. É favorável à recuperação do orçamento das agências com recursos do fundo. Informa que a CAPES tem uma compromissos anuais da ordem de R\$ 50 milhões para periódicos e R\$ 30 milhões para recursos de informática.

Edson Machado: Defendeu uma visão sistêmica das necessidades básicas de infra-estrutura das universidades e centros de pesquisa. Fez uma retrospectiva histórica dos investimentos realizados. Lembrou que os investimentos apresenta problemas desde a década de setenta. Disse que as instalações das universidades federais apresentam vários problemas. É favorável a se considerar tanto o atendimento institucional como o fomento qualificado. Acredita que os investimentos devem ser repartido por grupos, dando prioridade às IFES. Reiterou a necessidade de, em paralelo, recompor o orçamento das Agências.

Carlos Américo Pacheco: encerrou a reunião procurando sintetizar as principais contribuições, como relatado na seqüência. Sugeriu também a definição de equipes e responsabilidades pelas tarefas mais imediatas, que forma aprovadas. E marcou uma nova reunião após os próximos quarenta dias.

Uma síntese das visões apresentadas aponta na seguinte linha básica de ação:

- 1) Suporte do Fundo é fundamentalmente de natureza institucional, mas não há necessidade de limitá-lo a outras formas de suporte;
- 2) O Fundo buscará identificar as prioridades de alocação de recursos, através de critérios objetivos, dentro do conceito de priorizar nos próximos dois anos a recuperação da infra-estrutura da IFES, não de forma exclusiva;
- 3) As prioridades de atuação do serão em quatro frentes
 - Sistêmica (projetos nacionais do tipo informática, redes e bibliotecas ou periódicos);
 - Institucional (projetos de recuperação da infra-estrutura de pesquisa de corte institucional, a cargo de pró-reitorias de pesquisa e/ou direções, com requisitos de melhoria de gestão da infra-estrutura e plano de pesquisa associado);
 - Fomento qualificado (projetos de suporte a infra-estrutura de pesquisa aprovados por mecanismos concorrenciais com base estrita na análise de mérito das propostas);
 - Nova modalidades (suporte a projetos inovadores, a exemplo da infra-estrutura para constituição de redes acadêmicas ou infra-estruturas específicas)
- 4) Uma equipe de busca, formada pela Profa. Ana Lúcia Gazzola, e por representantes do CNPq e CAPES, a serem designados pelos Drs. Evando Mirra e Abílio Baeta, irá identificar os possíveis candidatos para montagem de uma secretaria técnica do Fundo e também o perfil desse responsável e dos membros que formarão a equipe técnica de suporte ao CG;
- 5) Uma equipe formada pela Prof. Brito Cruz, e por representantes da FINEP e da SESU, discutirá a conveniência de realizar um levantamento sobre a infra-estrutura de C&T e elaborará, caso necessário, um termo de referência para a execução de um diagnóstico da situação da infra-estrutura das instituições, bem como a definição dos parâmetros de gestão em suas diversas modalidades;
- 6) O CNPq fará um levantamento da experiência internacional em financiamento de infra-estrutura de pesquisa.